

Política

PEDIDO DE INDENIZAÇÃO

Bolsonaro vai à Justiça contra Boulos

Ex-presidente pede R\$ 50 mil por declarações sobre o assassinato de Marielle



CEPERJ EM JULGAMENTO

Relator no TRE pede cassação de Castro, Pampolha e Bacellar por abuso de poder

LÉSSA MARZULLO

lissa.marzullo@o-globo.com.br

Relator do caso sobre a "folha de pagamento secreta" da Fundação Ceperj e da Uerj, o desembargador Peterson Barroso Simão votou ontem, no Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE-RJ), pela cassação do governador Cláudio Castro (PL) por abuso de poder econômico e político. Ele também defendeu a perda de mandato de vice, Thiago Pampolha (MDB), e do presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar (União). O julgamento foi suspenso após pedido de vista do desembargador Marcelo Granado e será retomado na próxima quinta-feira.

Nas sequências, seis desembargadores se manifestarão. Mesmo que a maioria decida pelas cassações, os acusados se mantêm nos cargos até que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) analise a questão. Caso o governador, o vice e o presidente da Alerj sejam afastados, o presidente do Tribunal de Justiça assume o governo de forma provisória e convoca novas eleições.

Além dos efeitos políticos, o relator impôs multa de R\$ 106 mil para Castro e Bacellar e de R\$ 21.282 para Pampolha. O vice, no entanto, como solicitou o próprio Ministério Público Eleitoral, não ficaria inelegível, ao contrário dos demais. Com Pampolha entrou na chapa tardamente, o MPE entende que ele não participou ativamente do esquema.

DISPUTADES

Segundo Simão, o governador usou a estrutura da Ceperj e da Uerj com finalidades eleitorais, favorecendo sua reeleição e desequilibrando a disputa de 2022. Na sustentação, o relator disse que houve danos ao erário pelo uso de mais de R\$ 400 milhões e desigualdade em relação aos demais candidatos.

—É irreparável a participação do governador. O decreto feriu o princípio da legalidade na administração pública, ferindo a finalidade da Ceperj por interesses do governador, tornando-se uma distribuidora de recursos públicos em ano eleitoral — afirmou o desembargador, em referência à medida que possibilitou a ampliação da fundação.

O relator afirmou ainda que Castro foi o mandante das ações na fundação, que teria sido usada pelo governador para abuso e desvio de finalidade.

—Não havendo dúvidas



Aqda. Pampolha, Bacellar (ao centro) e Castro. No centro da acusação está a "folha de pagamento secreta" com 27 mil cargos na Ceperj e 18 mil na Uerj

ENTENDA O CASO

O Ministério Público Eleitoral pede a cassação da cúpula da política do Rio por abuso de poder político e econômico. Os órgãos usados para suposto uso e e terroir foram a Fundação Ceperj e a Uerj.

O QUE ESTÁ EM JULGAMENTO

No centro da acusação, está a "folha de pagamento secreta" com 27 mil cargos na Ceperj e 18 mil na Uerj. O verdadeiro objetivo das nomeações seria usar a máquina do estado com fins eleitorais.

OS PRINCIPAIS ALVOS

<p>Cláudio Castro GOVERNADOR Segundo o MP, "tem desviado a atuação nos âmbitos da CEPERJ e da UERJ (...) para a consecução do objetivo ilícito".</p>	<p>Thiago Pampolha VICE-GOVERNADOR Como vice-vice, teria participado ativamente do esquema e não pode ser inerte. Já se casou.</p>	<p>Rodrigo Bacellar PRESIDENTE DA ALERJ "O esquema foi lançado que os recursos realizados em Campos Goytacazes-RJ, recuado eleitoral do governador, foram utilizados", cita o MP.</p>
<p>Aureo Ribeiro SUPLENTE DE GOVERNADOR PELO SOLIDARIEDADE</p>	<p>Max Lemos DEPUTADO FEDERAL PELO PT</p>	<p>Léo Vieira DEPUTADO ESTADUAL PELO PÁTRIA</p>
<p>Bernardo Resili SECRETÁRIO DE ESTADO DE AMBIENTE</p>	<p>Gutemberg de Paula Fonseca SUPLENTE DE GOVERNADOR FEDERAL PELO PL</p>	<p>Marcos Venissius da Silva Barbosa SUPLENTE DE GOVERNADOR FEDERAL PELO PODEVOS</p>

Outros julgados com cargos eletivos

Manifestações na sessão de ontem

<p>Voto do relator O desembargador Peterson Barroso Simão pede a cassação de Castro, Pampolha e Bacellar por abuso de poder econômico e político. O vice, no entanto, não ficaria inelegível, ao contrário dos demais. Segundo Simão, as estruturas da Ceperj e da Uerj foram usadas com finalidades eleitorais, desequilibrando a disputa de 2022. Ele defendeu a absolvição dos demais réus com cargos eletivos por falta de provas.</p>	<p>Defesa do governador O advogado Eduardo Damiani alegou, em sua sustentação, que as ações não deveriam tramitar na Justiça Eleitoral, e sim na Justiça comum. "Inde direito ao mérito, tudo que foi dito aqui pela acusação diz respeito a direito administrativo", disse ele.</p>	<p>Acusação O advogado da acusação, Paulo Henrique Teles Fagundes, defendeu que o governo do estado se valeu de "cargos secretos" para obter vantagem durante as eleições de 2022. "Se isso não é abuso de poder com repercussão nas eleições, nada mais é", afirmou.</p>
---	---	--

Se o TRE cessar, eles saem imediatamente?

Não. Há um efeito suspensivo que permite às acusações se manterem nos cargos até que o TSE se pronuncie sobre a decisão.



COMO SERÁ O JULGAMENTO?

1. Próxima sessão
O julgamento será retomado na próxima quinta-feira (23), às 10h30. A sessão foi suspensa após pedido de vista do desembargador Marcelo o Granado.

2. Ordem dos votos
Depois do relator, seis desembargadores se manifestarão. Os votos começam pelos que entraram há menos tempo na Corte.

JORNALISMO DE ANTE

de que desequilibraram a disputa eleitoral. O governador e vice-governador nem precisavam ter ganhado as eleições, bastava se comprovar o desequilíbrio (...). Há uma enorme irresponsabilidade dos fatos narrados. A canalização dessas fortunas beneficiou apenas uma chapa.

Em nota, Castro afirmou que mantém sua confiança na Justiça Eleitoral e "no respeito à vontade de 5 milhões de eleitores do Estado do Rio de Janeiro que o elegeram em primeiro turno com 60% dos votos". Ele ressaltou que as suspeitas de irregularidades ocorreram antes do início do processo eleitoral e que, assim que tomou conhecimento das denúncias, ordenou a suspensão de pagamentos e contratações realizadas pelos projetos ligados à Fundação Ceperj, e que depois determinou a extinção deles.

Quanto a Pampolha, o relator afirma que ele se beneficiou como integrante da chapa, o que justificaria sua cassação. No entanto, considerou haver menor dolo pelo fato de ter virado candidato a vice somente cerca de um mês antes do pleito.

—Tudo ocorreu sorrateiramente, sem transparência pública. Quem arquitetou esse plano é um gênio, mas um gênio do mal — disse o relator antes de completar: — Só não esperava que o plano fosse ser descoberto. Já em relação a Bacellar, que era secretário de Governo na época das acusações, o relator afirma que houve benefícios a partir de programas que teriam auxiliado aliados políticos do presidente da Alerj. Sua exoneração após o escândalo vir à tona também foi citada pelo magistrado.

Apesar de seu voto, o desembargador rejeitou as

preliminares da defesa, que alegou que o processo não deveria ser julgado pela Justiça Eleitoral. Segundo Simão, os fatos se deram em ano eleitoral e, por isso, devem tramitar na corte.

COMPETÊNCIA

Apesar das sustentações, as defesas do réu alegaram que as ações deveriam tramitar na Justiça comum.

—Tudo que foi dito aqui pela acusação diz respeito a direito administrativo. A matéria está posta, mas não está posta nessa corte especializada, mas na Justiça comum. Existe uma ação civil pública que trata sobre este tema, da qual o governador não é réu. Em nenhum deles, o governador é demandado. A Ceperj e a Uerj têm autonomia financeira — disse Eduardo Damiani, advogado do governador.

Em contrapartida, o advogado da acusação, Paulo Henrique Teles Fagundes, defendeu que o governo do estado se valeu de "cargos secretos" para obter vantagem durante as eleições de 2022, quando Castro foi reeleito. A ação foi movida pelo MPE e por Marcelo Freixo (PT-ex-PSB), que perdeu para Castro.

—Se isso não é abuso de poder com repercussão nas eleições, nada mais é. Dentro desses recursos e programas, vários foram criados em 2022 com afronta à lei que proíbe destinação de recursos públicos em ano eleitoral — disse o advogado.

No centro da acusação contra Castro está a "folha de pagamento secreta" com 27 mil cargos na Fundação Ceperj e 18 mil na Uerj, revelada pelo portal Uol. O verdadeiro objetivo das nomeações seria usar a máquina do estado para benefícios eleitorais. No total, segundo o MPE, os saques de dinheiro em espécie desses funcionários passaram de R\$ 220 milhões, e testemunhas corroboram a versão de que atuaram em prol de candidaturas.

Além dos três da cúpula do Rio, há outros políticos com cargos eletivos abrangidos pelos pedidos de perda de direitos políticos. Todos eles, segundo o MPE, praticaram "ilícitos" de abuso de poder político e econômico, "a fim de utilizar a máquina pública, à exclusiva disposição dos investigados, para obter vantagens financeiras ilícitas com recursos públicos e logarem êxito na reeleição ao Governo do Estado, nas Eleições Gerais de 2022". O relator, no entanto, defendeu a absolvição dos demais réus com cargos eletivos por falta de provas.

RIO AINDA NÃO CONCLUIU AUDITORIAS, NA PÁG. 29

"Bastava se comprovar o desequilíbrio (...). A canalização dessas fortunas beneficiou apenas uma chapa".

"A matéria está posta na Justiça comum. Existe uma ação civil pública que trata sobre este tema, da qual o governador não é réu".

"Vários (recursos e programas) foram criados com afronta à lei que proíbe destinação de recursos públicos em ano eleitoral".

Peterson Barroso Simão, desembargador e relator do caso

Eduardo Damiani, advogado de Cláudio Castro

Paulo Henrique Teles Fagundes, advogado da acusação